

MANIFESTO DO PIARAÇU - DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS E CACIQUES DO BRASIL NA PIARACU

Nós, representantes de 45 povos indígenas do Brasil, somando mais de 600 participantes, fomos convocados pelo cacique Raoni para nos reunirmos entre os dias 14 a 17 de janeiro de 2020 na aldeia Piaraçu (Terra Indígena Capoto Jarina), com o objetivo de juntar as nossas forças e denunciar que está em curso um projeto político do governo brasileiro de genocídio, etnocídio e ecocídio.

O Estado brasileiro tem que entender que tem uma dívida histórica com os povos indígenas. Nós somos os primeiros habitantes desse nosso país. Não apenas defendemos o meio ambiente: somos a própria Natureza. Se matar o meio ambiente, está matando nós. Sempre queremos floresta em pé, não porque a floresta é bonita, mas porque todos esses seres que habitam a floresta fazem parte de nós e correm no nosso sangue.

O Estado brasileiro reconhece os direitos indígenas pela Constituição Federal de 1988 nos artigos 231 e 232, na qual fizemos parte da construção, além de outras normas jurídicas nacionais e internacionais, como a convenção 169 da OIT, por isso exigimos que seja respeitado nosso direito à consulta livre, prévia e informada toda vez que sejam previstos projetos e decisões que possam nos impactar e ameaçar nossos territórios e modos de vida.

Não precisamos destruir para produzir. Não podem vender as nossas riquezas, o dinheiro não paga por elas. O nosso território é muito rico, não de dinheiro, somos ricos de diversidade e toda essa floresta depende da nossa cultura para ficar em pé. O que vale para nós é a nossa terra. Isso vale mais do que a vida. E quem pode sustentar a natureza somos nós, que nunca destruimos ou poluímos o nosso rio. Nós cuidamos da nossa terra, sabemos o valor que ela tem. Precisamos proteger aquilo que nossos antepassados deixaram para nós.

As ameaças e falas de ódio do atual governo estão promovendo a violência contra povos indígenas, o assassinato de nossas lideranças e a invasão de nossas terras. Hoje temos que nos preparar para enfrentar não só o governo mas, também reagir a violência de alguns setores da sociedade, que expressa de forma muito clara o racismo, simplesmente pelo fato de sermos indígenas.

As mulheres indígenas presentes no encontro, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, reafirmam sua luta contra as violações que afrontam seus corpos, espíritos e territórios. São as mulheres que garantem nossos modos de vida e nossa língua. Elas garantem nossa existência em nossa morada coletiva. Nós, mulheres e homens indígenas lutamos lado a lado pelo direito à terra que nos alimenta e que nos cura.

A juventude indígena presente nesse encontro reafirma o compromisso em dar continuidade à luta das lideranças em defesa das nossas vidas, nossos territórios e nosso direito de existir. Os conhecimentos e tradições que nossos avós nos ensinaram são a grande solução para as ameaças aos nossos povos e aos nossos

territórios, e para a crise climática que vem chegando. Essa nova geração está pronta para levar as soluções que lhes foram ensinadas.

Só nós podemos falar sobre nós e por nós mesmos. Não admitimos que nossos caciques sejam desrespeitados, assim como Bolsonaro fez em 2019 no seu discurso durante o encontro na ONU contra o cacique Raoni. Afirmamos que o Cacique Raoni é SIM a nossa liderança, ele nos representa! Ele será nossa referência, por sua luta firme e pacífica, de liderança: hoje e sempre. Por isso apoiamos sua candidatura como prêmio Nobel da Paz. Exigimos que o Congresso reconheça legalmente as autoridades indígenas como os primeiros governantes deste País. Nossas terras são governadas por nossos caciques, autoridades indígenas que decidem em favor das comunidades, pautadas a partir de reivindicações coletivas e não individuais.

O atual presidente da república está ameaçando os nossos direitos, a nossa saúde, o nosso território. O governo atual está com plano de liberar a extração de minério e pecuária em nossos territórios. Somamos nossa força, nos unimos e mostramos nossa força nesse documento para continuar as nossas lutas que estão sendo seguidas por nossos netos. O governo atual está nos atacando, querendo tirar a terra de nossas mãos. Nós não aceitamos garimpo, mineração, agronegócio e arrendamento em nossas Terras, não aceitamos madeireiros, pescadores ilegais, hidrelétricas e outros empreendimentos, como Ferrogrão, que venham nos impactar de forma direta e irreversível.

Somos contra tudo aquilo que destrói nossas florestas e nossos rios. Não admitimos que o Brasil seja colocado à venda para outros países que tem interesse de explorar o nosso território. Queremos acima de tudo respeito às nossas vidas, nossas tradições, nossos costumes e à Constituição Federal, que resguarda nossos direitos.

Escrevemos esse documento como um clamor, para que nós, povos indígenas, possamos ser escutados pelos três poderes da república, pela sociedade e pela comunidade internacional.

Os processos de consulta têm que garantir nosso direito de falar NÃO às iniciativas do governo e do Congresso. As consultas devem respeitar nossas formas tradicionais de representação e organização política, assim como nossos protocolos autônomos de consulta e consentimento.

Deixamos claro que os indígenas que hoje ocupam cargos no governo federal sem a nossa participação na indicação dessas pessoas, e que apoiam de alguma forma o governo Bolsonaro, não nos representam.

Exigimos o cumprimento do nosso direito originário sobre os nossos territórios por meio da demarcação e homologação das terras indígenas reivindicadas. Repudiamos a tese do marco temporal e demandamos que processos demarcatórios parados sejam imediatamente retomados, como Kapot Nhinore, antiga reivindicação do cacique Raoni.

Somos contra a municipalização da saúde indígena e contra a indicação política partidária para os cargos na SESAI. Exigimos a autonomia política, administrativa e

financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas de Saúde - DSEI's e o fortalecimento do controle social por meio da recriação do Fórum de Presidentes 9.759/2019. Exigimos a garantia de uma força de trabalho qualificada e adequada para o nosso atendimento.

Demandamos o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado entre o Ministério da Saúde, a FUNAI, a SESAI, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, que garante a continuidade dos serviços ligados à política de saúde indígena. E exigimos a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Exigimos o cumprimento da política indigenista de responsabilidade da FUNAI e SESAI para todos os povos e terras indígenas do Brasil, e não somente para as terras indígenas homologadas.

Repudiamos a perseguição e a tentativa de criminalização das nossas lideranças, organizações indígenas e indigenistas, colaboradores e parceiros.

Exigimos a garantia da integridade física e moral de nossas comunidades e lideranças e a punição daqueles que estão matando nossos parentes.

Exigimos que o Estado brasileiro cumpra sua responsabilidade constitucional de proteger os territórios indígenas e o meio ambiente, coibindo atividades ilegais e punindo os criminosos. Também exigimos que o governo se responsabilize pelo envenenamento do ar, do solo e dos rios causado pelo uso irresponsável e descontrolado de agrotóxicos no entorno de nossas terras.

Exigimos o cumprimento das políticas públicas de proteção dos povos isolados e de recente contato.

Exigimos uma educação diferenciada e de qualidade para os nossos jovens, que possibilite que concluam sua formação, desde o ensino básico ao ensino médio, nos nossos territórios. Não aceitamos o sucateamento das universidades públicas e solicitamos a garantia da continuidade das bolsas para os jovens indígenas que vão estudar na cidade nas universidades. A formação universitária dos jovens é importante para dar continuidade à nossa luta. É um espaço que garante que estejamos preparados para as mudanças que nos ameaçam. Por isso, a juventude firmou a caneta nas mãos junto ao que tem sido ensinado pelos seus avós para lançar adiante a flecha que lhes foi dada, para continuar lutando. Estar na universidade só faz sentido se exercermos nossa espiritualidade. Nesse sentido pedimos que a sociedade brasileira se junte a nós na luta pelo acesso à universidade plural e democrática, por uma formação universitária que valorize e reconheça a ciência do território.

Queremos políticas de fortalecimento a alternativas econômicas sustentáveis para nossos territórios, sem o uso de agrotóxicos, e que promovam a economia da

Floresta em Pé, com ênfase na cultura, nos saberes tradicionais, no extrativismo e nas tecnologias limpas.

Somos seres humanos, somos povos originários do Brasil. Nós somos parte do Brasil e o Brasil é parte de nós. Não aceitamos que falem que nossos territórios são muito grandes, porque isso nem se compara ao tamanho e força da nossa cultura e ao que temos contribuído para manter, não só as nossas vidas e modos de vida, como a vida de todos no planeta. Quem nasceu primeiro não foi o Brasil, fomos nós povos originários e nós fomos massacrados, mas continuamos a resistir para poder existir.

Nós não estamos sozinhos. Neste grande encontro, declaramos a retomada da Aliança dos Povos das Florestas, que inclui a Caatinga, Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia. Estaremos juntos defendendo a proteção dos nossos territórios. Essa luta não é apenas dos povos indígenas, mas de todos nós, é uma luta pela vida do planeta.

Concluimos com a certeza que 2020 será um ano de muita luta, e convocamos todos os parentes e os parceiros dos Povos Indígenas no Brasil e no exterior, para um ano de muitas mobilizações, onde devemos estar presentes com a força e a energia de nossos ancestrais em Brasília e nas ruas de todo o mundo. A Luta continua hoje e sempre de geração para geração!

RAONI

Aldeia Piaraçu, 17 de janeiro de 2020.

Handwritten signature
ENS

Sônia Guayajara (APIB)

Célia Xakriabá (APIB)

Maria Luveline Martins Santos (Tremembé)

Delma Marques da Silva